



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número — Kz: 160,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS	O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
	Ano	
	As três séries.	Kz: 440 375,00
	A 1.ª série	Kz: 260 250,00
	A 2.ª série	Kz: 135 850,00
	A 3.ª série	Kz: 105 700,00

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 216/11:

Estabelece as bases sobre a Política Nacional para a Concessão de Direitos sobre Terras. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma, nomeadamente a Circular n.º 07/07.06/ /GAB MINUC/10.

Decreto Presidencial n.º 217/11:

Extingue o Gabinete de Reconstrução Nacional, abreviadamente designado «G. R. N.» e cria o Gabinete de Obras Especiais, abreviadamente designado «G. O. E.». — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 44/10, de 7 de Maio e o Despacho Presidencial n.º 19/11.

Decreto Presidencial n.º 218/11:

Aprova o estatuto orgânico do Gabinete de Obras Especiais, abreviadamente designado (GOE). — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente diploma.

Decreto Presidencial n.º 219/11:

Dá nova redacção aos artigos 3.º e 4.º do Decreto Presidencial n.º 60/11, de 5 de Abril. — Revoga toda a legislação que contrarie o presente diploma, nomeadamente as alíneas c) e d) do artigo 3.º dos n.ºs 1 e 2 do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 60/11, de 5 de Abril.

Havendo necessidade de estabelecer as bases sobre a Política Nacional de Concessão de Direitos sobre Terras tendo em conta o disposto na legislação em vigor;

O Presidente da República decreta, nos termos das disposições combinadas das alíneas b) e l) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Objecto)

O presente diploma estabelece as bases sobre a Política Nacional para a Concessão de Direitos sobre Terras.

ARTIGO 2.º (Factores de gestão da terra)

Os mecanismos de acesso à terra e ao seu uso e aproveitamento devem ter em conta os seguintes factores:

- Extensão do território nacional;
- Ausência de pressão demográfica em relação ao território nacional;
- Enorme extensão da costa e praias;
- Abundância de recursos de solo, água, fauna e flora;
- Existência de solos aráveis e com boa fertilidade, temperaturas e regimes de chuvas favoráveis à agricultura;
- Clima, praias, flora e fauna favoráveis ao turismo;
- Existência de recursos no subsolo;
- Maioria da população não tem segurança de acesso e uso da terra;

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 216/11**de 8 de Agosto**

Considerando que o acesso à terra é fundamental para o processo de reconstrução, construção e desenvolvimento económico e social do País e dos cidadãos;

Tendo em conta que a terra é um critério de cidadania e um activo que o cidadão angolano pode ter para promover o seu desenvolvimento;

Considerando que se tem assistido a concessão de direitos fundiários, em muitos casos, em desrespeito às prioridades nacionais e a legislação em vigor;

- i) Falta de capitais e tecnologia para explorar a terra;
- j) Sistemas de titulação, cadastro e registo da terra deficientes;
- k) Sistemas de planeamento do uso do solo ineficazes;
- l) Aquisição pelos cidadãos de grandes parcelas sem que sejam efectivamente utilizadas, obstruindo potenciais utilizadores;
- m) Ausência de sistema de tributação das parcelas de terras adquiridas.

ARTIGO 3.º

(Prioridades nacionais na gestão da terra)

1. A política nacional para a concessão de direitos sobre terras deve reflectir, também, os objectivos principais da política social e económica do Executivo quanto ao combate à pobreza e à promoção do desenvolvimento económico, social do País e a protecção dos cidadãos.

2. O acesso à terra e seu aproveitamento deve ter em conta:

- a) Adequado ordenamento do território e correcta formação, ordenação e funcionamento dos aglomerados urbanos;
- b) Garantia de acesso e uso da terra aos cidadãos, reconhecendo-se os direitos consuetudinários de acesso e gestão das terras das comunidades rurais residentes promovendo justiça social e económica no campo;
- c) Fomento da produção de alimentos, para que sejam alcançados níveis de segurança alimentar;
- d) Permissão e incentivo que a agricultura do sector familiar se desenvolva e cresça, tanto em volume de produção como em índices de produtividade, sem que lhe falte o seu recurso principal, a terra;
- e) Promoção do investimento privado, nacional e estrangeiro utilizando de forma sustentável, sem prejudicar a população residente e os interesses locais e assegurando benefícios para a população e para o erário público;
- f) Respeito dos princípios definidos na Lei sobre a concessão de direitos fundiários a pessoas colectivas de direito privado quer de nacionalidade estrangeira ou angolana;
- g) Respeito dos princípios definidos na Lei para a concessão de direitos fundiários a pessoas singulares de nacionalidade estrangeira;
- h) Conservação das áreas de interesse ecológico e gestão dos recursos naturais de forma sustentável, que possa garantir a qualidade de vida da presente e futuras gerações, assegurando que as zonas de protecção total e parcial mantenham a qualidade ambiental e os fins especiais para que foram constituídas;

- i) Actualização e melhoria do sistema tributário baseado na ocupação e no uso de terrenos que possa apoiar os orçamentos públicos aos diversos níveis;
- j) Propriedade de interesse público e de desenvolvimento económico e social.

ARTIGO 4.º

(Principais usos da terra)

Nos termos das prioridades nacionais da política nacional de concessão de terras, consideram-se como beneficiários os grupos socioeconómicos que exercem direitos sobre a terra, ou que têm na terra a sua principal actividade económica, conforme os seguintes usos:

- a) Uso agrário;
- b) Uso urbano;
- c) Uso mineiro;
- d) Uso turístico;
- e) Uso para infra-estrutura produtiva e social.

ARTIGO 5.º

(Uso agrário)

O uso agrário pode ser utilizado para fins familiares ou comunitários, empresarial, com a pequena, média e grande empresa.

ARTIGO 6.º

(Uso agrário familiar ou comunitário)

1. O uso agrário familiar ou comunitário é utilizado pelas famílias ou comunidades rurais segundo o costume relativo ao acesso e gestão da terra.

2. O uso agrário familiar ou comunitário constitui o grande recurso na administração e gestão de terras em zonas rurais do território nacional.

3. Para o efeito dos números anteriores devem ser identificadas áreas de ocupação e acesso à terra pelas famílias e comunidades locais, cujas áreas devem ser demarcadas e, se possível, proceder ao registo no Cadastro Nacional de Terras a ser criado.

4. A identificação cadastral deve servir para estabelecer os direitos de acesso e de gestão da terra pelas famílias e comunidades locais ou rurais.

ARTIGO 7.º

(Uso agrário empresarial)

O uso agrário empresarial de pequena, média e grandes empresas é utilizado para operação de investimentos agrícola, florestal e turístico.

ARTIGO 8.º
(Construção e urbanismo)

A política nacional de concessão de direitos sobre terras atende as diversas acções de construção e urbanismo, nomeadamente:

- a) A terra para habitação própria é garantida pelo Estado, nos termos da Constituição e da lei;
- b) O processo de ordenamento e de planificação física é exercido pelo Estado, podendo ser realizado pelos agentes privados nos termos estabelecidos por lei;
- c) O espaço urbano não pode ser transferido quando sobre ele não tenham sido feitas construções ou outras benfeitorias infra-estruturais;
- d) As infra-estruturas realizadas no processo de urbanização, agregam valor à terra o qual pode servir como fonte de rendimento tanto para o Estado como para os agentes privados;
- e) O crescimento urbano, e a consequente ocupação de terrenos anteriormente atribuídos a outros usos, deve realizar-se tomando em conta as pessoas que aí estejam fixadas e as benfeitorias realizadas, salvo se já exista um plano de ordenamento territorial previamente concebido.

ARTIGO 9.º
(Uso turístico)

1. O uso turístico corresponde a um conjunto de actividades profissionais relacionadas com o transporte, alojamento, alimentação e actividades de lazer destinadas a visitantes de sítios.

2. O uso da terra para efeitos de turismo e o ecoturismo pode ter em conta os seguintes tipos:

- a) Turismo de praia e sol;
- b) Turismo rural;
- c) Turismo histórico cultural;
- d) Turismo de negócios, congressos e feiras.

3. No âmbito da política nacional de concessão de direitos sobre terras, os tipos de turismo descrito no número anterior ocorrem sobre um espaço territorial, nos termos da Lei de Terras e do Plano Nacional de Turismo.

4. O uso e aproveitamento da terra para efeitos turísticos tem um valor estratégico como fonte de rendimento para a satisfação dos objectivos económicos e sociais das populações e do Estado.

ARTIGO 10.º
(Áreas de intervenção prioritária turística)

O uso e aproveitamento da terra para efeitos turísticos pode ser classificado de acordo com as seguintes áreas:

- a) Área de aproveitamento turístico;
- b) Eixos de desenvolvimento turístico;
- c) Pólos de desenvolvimento turístico;
- d) Áreas de expansão turística.

ARTIGO 11.º
(Uso de terra para infra-estruturas e obras públicas)

1. Na concessão de terras pelas entidades públicas deve prever-se áreas para obras de infra-estruturas (estradas, linhas férreas, linhas de transmissão de electricidade) e demais obras públicas.

2. A política nacional de concessão de direitos sobre terras deve ter em conta e proteger áreas para a expansão das infra-estruturas, bem como para ampliação e manutenção dos sistemas existentes.

3. A concessão de terras deve respeitar os limites dos terrenos marginais, onde nenhuma construção deve ser permitida para permitir a expansão das infra-estruturas e obras públicas.

ARTIGO 12.º
(Uso industrial e comercial)

O uso e aproveitamento de terras deve ter em conta os objectivos do urbanismo comercial e industrial nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 13.º
(Aspectos a ter em conta na aplicação da política nacional de concessão de terras)

1. A implementação da política nacional de concessão de direitos sobre terras deve ter em conta:

- a) A terra como um elemento fundamental do exercício de cidadania dos angolanos;
- b) A ligação entre o aproveitamento útil da terra e a capacidade de aquisição de direitos sobre imóveis;
- c) A provisão de um sistema de transferências dos direitos de uso e aproveitamento;
- d) A existência de somente um tipo de título de concessão, seja qual for a base legal dos direitos adquiridos;
- e) Simplificação dos procedimentos administrativos de concessão de terras;
- f) Criação de um sistema tributário, tanto para usos com fins agrários, como fins habitacionais, industriais, mineiros e de turismo;
- g) Limitação de aquisição do direito de propriedade sobre terras apenas a cidadãos nacionais e evitar a aquisição de terras por estrangeiros pela via

indirecta, utilizando o mecanismo da sociedade comercial;

- h) Respeito pela legislação em vigor quanto a concessão de direitos a pessoas singulares e colectivas de nacionalidade estrangeira;
- i) Limitar a aquisição injustificada de grandes extensões de terras pelos cidadãos nacionais;
- j) O equilíbrio entre o período de duração dos direitos fundiários e o seu aproveitamento;
- k) Responsabilizar criminalmente os órgãos públicos pela atribuição ilegal de terras.

ARTIGO 14.º
(Plano de loteamento)

A concessão de terras nas áreas urbanas e suburbanas só pode ser feita mediante a existência prévia de um plano de loteamento.

ARTIGO 15.º
(Desenvolvimento institucional)

A implementação da política nacional sobre a concessão de direitos sobre terras deve ser apoiada por um Cadastro Nacional de Terras, único para todo o País, de tipo multifuncional e será interligado por uma única rede informática, com padrões uniformes, para levar a cabo as suas funções.

ARTIGO 16.º
(Conservatória do Registo Predial)

A implementação da política nacional de concessão de direitos sobre terras deve ser suportada por uma Conservatória do Registo Predial com forte apoio na área de procedimentos operacionais, capacitação de pessoal e melhoria dos seus equipamentos e infra-estruturas.

CAPÍTULO II
Disposições Finais

ARTIGO 17.º
(Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma, nomeadamente a Circular n.º 07/07.06/ /GAB MINUC/10.

ARTIGO 18.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Titular do Poder Executivo.

ARTIGO 19.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação em *Diário da República*.

Apreciado pelo Conselho de Ministros, em Luanda, aos 27 de Julho de 2011.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Agosto de 2011.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 217/11
de 8 de Agosto

Através do Decreto Presidencial n.º 44/10, de 7 de Maio, foi criado o Gabinete de Reconstrução Nacional com a natureza de organismo autónomo do sector público administrativo, cuja actuação incidia sobre projectos considerados de interesse estratégico, independentemente da respectiva localização territorial;

Considerando que os objectivos para que foi criado o referido Gabinete estão ultrapassados e os projectos foram concretizados ou estão em fase de conclusão;

O Presidente da República decreta, nos termos das alíneas d) e e) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º ambos da Constituição de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — É extinto o Gabinete de Reconstrução Nacional, abreviadamente designado «G. R. N.» criado através do Decreto Presidencial n.º 44/10, de 7 de Maio .

Artigo 2.º — É criado o Gabinete de Obras Especiais, abreviadamente designado «G. O. E.», sob dependência directa do Presidente da República.

Artigo 3.º — O Gabinete de Obras Especiais é dirigido por um Director, nomeado por despacho do Presidente da República.

Artigo 4.º — Compete genericamente ao Gabinete de Obras Especiais o seguinte:

- a) Promover a fiscalização dos trabalhos do Centro Político Administrativo Nacional;
- b) Promover a conclusão das obras de restauro e construção do Museu das Forças Armadas Angolanas, Oceanário, Museu da Independência ou da República;
- c) A concepção e execução de obras públicas consideradas de importância estratégica e de implementação urgente integradas no programa do Executivo;
- d) Exercer outras atribuições que lhe forem orientadas pelo Titular do Poder Executivo.